

política

CPMI aprova quebra de sigilo do filho de Lula

Oposição obteve vitória em comissão que investiga fraude no INSS

/ CONGRESSO NACIONAL

A CPMI do INSS na Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira todos os requerimentos em pauta, que miravam, entre outros, Fábio Luís da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Augusto Lima, ex-sócio do Banco Master; ex-parlamentares e investigados pela Polícia Federal acusados de participação no esquema de fraude de descontos associativos; e até mesmo a presidente do Palmeiras, Leila Pereira.

O governo federal trabalhou para que todos os 87 requerimentos fossem votados em conjunto para então serem derrubados. A oposição queria votar cada um dos itens isoladamente. No final, em votação simbólica, o presidente da CPMI, Carlos Viana (Podemos-MG), consagrou a vitória da oposição. A sala da comissão então virou palco de briga. A sessão foi interrompida e a TV Senado parou de transmitir o vídeo do local.

A reunião de quinta era considerada uma das mais importantes desta reta final dos trabalhos da comissão porque os requerimentos aprovados chega-



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC

Sessão foi interrompida após briga entre governistas e oposição

rão e serão analisados antes de 28 de março, quando chega ao fim o prazo de funcionamento do colegiado.

Membros do governo partiram para cima da mesa, onde estavam o presidente e o relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). A Polícia Legislativa tentou barrar a aproximação, assim como deputados da oposição. O clima ficou mais tenso após uma confusão entre os deputados Rogério Correia (PT-MG), governista, e Evair Vieira de Melo (PP-ES), da oposição.

Os governistas defendiam a

votação em bloco dizendo que havia uma blindagem do presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), que, segundo eles, apenas pautaria requerimentos favoráveis à oposição.

Parlamentares petistas queriam que a CPMI do INSS pautasse requerimentos contra o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto, integrantes da Igreja Lagoinha, da qual Viana faz parte, além de outros ex-integrantes e aliados que fizeram parte da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e até mesmo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

STF adia julgamento sobre penduricalhos a servidores

/ STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, suspendeu na quinta-feira o julgamento sobre duas decisões liminares (provisórias) que suspenderam o pagamento de penduricalhos salariais de funcionários públicos.

Enquanto isso, as duas decisões concedidas recentemente pela Corte sobre o tema seguem em vigor. Fachin informou que a sessão sobre o assunto será retomada em 25 de março.

A retomada do julgamento seria iniciada com o voto de Flávio Dino, relator da ação. Em 5 de fevereiro, além da suspensão de verbas indenizatórias dos Três Poderes, Dino cobrou do Congresso a edição de lei que regulamente quais verbas indenizatórias poderiam superar o teto.

O julgamento desta quinta também analisaria uma liminar

de Gilmar Mendes, que suspendeu, na segunda, 23 de fevereiro, os penduricalhos previstos em leis estaduais para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Na decisão, o decano do STF fixou um prazo de 60 dias para que os tribunais e os Ministérios Públicos estaduais suspendam o pagamento de verbas indenizatórias instituídas com base em leis estaduais, os chamados penduricalhos.

“Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público”, afirmou o ministro.

“Dia após dia, são criadas inúmeras verbas transvestidas de caráter indenizatório com o único objetivo de escamotear o manifesto

descumprimento da Constituição Federal, notadamente do regime constitucional de subsídios.”

Uma das diferenças entre as ações é que a liminar de Dino barrava pagamentos feitos sem base legal, seja por lei nacional, estadual ou municipal. A ordem de Gilmar considera que pagamentos feitos com base em leis estaduais não são válidos.

Na terça, Fachin discutiu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a criação de uma regra de transição sobre o pagamento de penduricalhos.

Segundo interlocutores dos presentes à reunião, Motta e Alcolumbre sinalizaram que os 60 dias determinados pela Corte para edição de uma lei sobre o tema é um prazo curto e praticamente inexecutável, diante de outras prioridades do Legislativo.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Sanderson aposta na renovação

O deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL, foto) projeta 2026 como uma eleição decisiva para o Brasil e, sobretudo, para o Rio Grande do Sul. Confirmado por Jair Bolsonaro como pré-candidato do PL ao Senado no Estado, Sanderson aposta em um discurso de renovação política e fortalecimento regional.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Bolsonaro define prioridades

De acordo com o parlamentar, “Jair Bolsonaro, mesmo preso, segue influente na estratégia do partido, e definiu como prioridade a formação de maioria no Senado. Ele não abre mão da minha candidatura”. Para Sanderson, “o Senado será peça-chave na reorganização institucional do País, especialmente no reequilíbrio entre os Poderes”.

Cenário gaúcho

No cenário gaúcho, a disputa promete ser uma das mais acirradas do País. Entre os nomes colocados estão Marcel van Hattem (Novo), Manuela d’Ávila (PSOL), Paulo Pimenta (PT), o ex-governador Germano Rigotto (MDB) e o governador Eduardo Leite (PSD). Sanderson reconhece o peso dos adversários, mas sustenta que representa a renovação. “Sou o único nome novo nessa disputa. As pessoas querem novos ares”, afirma.

Fortalecer o campo conservador

Ele sinaliza alinhamento com Van Hattem no campo da direita, e defende convergência entre candidaturas ideologicamente próximas. A estratégia passa por fortalecer o campo conservador no Estado e ampliar a representação no Congresso.

Perda de protagonismo político

Mais do que a pauta nacional, Sanderson enfatiza a necessidade de recolocar o Rio Grande do Sul no centro das decisões federais. Ele critica o que considera perda de protagonismo político a redução de recursos destinados ao Estado. “O Rio Grande precisa ser fortalecido. Outros estados se unem e garantem recursos. O Sul precisa voltar a ter força”, afirma.

Impacto das enchentes

O deputado menciona especialmente o impacto das enchentes recentes e defende tratamento prioritário na destinação de verbas. Para ele, faltou proporcionalidade na resposta federal, diante das perdas econômicas e sociais. Caso seja eleito senador, Sanderson promete atuação fortemente regional. “Meu partido é o Brasil, mas também é o Rio Grande do Sul. Vou olhar para todo o Estado”, diz.

Heinze na chapa majoritária

No plano estadual, Sanderson defende o nome de Luciano Zucco (PL) ao governo, e acredita na aliança entre PL e PP. Ele cita, como exemplo de possível composição, o senador Luis Carlos Heinze (PP) para a chapa majoritária. A construção, segundo ele, ainda está em debate.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO[®]
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade